



Relatório e Contas 2013

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

ÍNDICE

I.

Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões
do Banco de Portugal, S.A. 3

II.

Composição dos Órgãos Sociais 4

III.

Relatório do Conselho de Administração 5

1 Atividade Desenvolvida em 2013 6

2 Carteira de Ativos da Sociedade Gestora 7

3 Situação Patrimonial 8

4 Proposta de Aplicação de Resultados 9

5 Nota Final 10

IV.

Demonstrações Financeiras 11

Balanço 12

Demonstração dos Resultados por Naturezas 13

Demonstração dos Fluxos de Caixa 14

Demonstração das Alterações no Capital Próprio 15

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados 17

Certificação Legal das Contas 35

Parecer do Fiscal Único 37

DADOS SOBRE A SOCIEDADE GESTORA DOS FUNDOS DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

▶ O Banco de Portugal, com uma participação que, a 31 de dezembro de 2013, correspondia a 97,81% de capital; e

▶ Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia, na mesma data, a 2,19% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2013:

▶ O Ativo Líquido da Sociedade ascendia a 3.213.025,96 euros;

▶ O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.982.584,03 euros;

▶ O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.354.161.402,38 euros, correspondendo 1.348.978.818,50 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 5.182.583,88 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

Índice	I.	II.	III.	IV.	1
					2
					3
					4
					5
					6
					7
					8
					9
					10
					11
					12
					13
					14
					15
					16
					17
					18
					19
					20
					21
					22
					23
					24
					25
					26
					27
					28
					29
					30
					31
					32
					33
					34
					35
					36
					37
					38
					39

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Armando da Silva Couto
Secretário	Hernâni Fontoura Pires

Conselho de Administração

Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Administrador	João José Amaral Tomaz
Administrador Delegado	Joaquim Martinez da Silva

Fiscal Único	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A
--------------	---

Suplente do Fiscal Único	Fernando Gustavo Duarte Antunes
--------------------------	---------------------------------



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade Desenvolvida em 2013
Carteira de Ativos da Sociedade Gestora
Situação Patrimonial
Proposta de Aplicação de Resultados
Nota Final

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao período de 2013.

1.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2013

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes ao plano de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

No que respeita à gestão deste Fundo, mereceu destaque, em 2013, o ajustamento dos procedimentos de *liability driven investment* e o consequente incremento da exposição a futuros, bem como o reforço do grau de prudência subjacente aos pressupostos de avaliação das responsabilidades do Fundo.

No âmbito da gestão do FPCD, assume destaque o crescimento do número de participantes – de 276 no final de 2012 para 391 no final de 2013, o que traduz a opção generalizada dos novos colaboradores do Banco de Portugal pela adesão a este Fundo.

Manteve-se, em 2013, a disponibilização aos participantes da possibilidade de escolha entre uma carteira exclusivamente constituída por instrumentos de taxa de juro e uma carteira constituída por instrumentos de taxa de juro e ações. Como forma de mitigação dos riscos de crédito e de mercado, continuou a privilegiar-se o investimento em títulos com um tempo para a maturidade até 3 anos.

Continuou a merecer particular atenção a proximidade entre a gestão financeira e os participantes, reforçada através do envio mensal de uma *newsletter* relativa à evolução dos mercados financeiros e dos ativos sob gestão.

Em 2013, prosseguiu o processo de reforma do sistema de gestão de risco e controlo interno da Sociedade Gestora, com relevância para o desenvolvimento de

software dedicado ao reporte e registo de incidentes de risco de natureza operacional e para o desenvolvimento de um Plano de Continuidade de Operações, com o objetivo de assegurar a execução dos processos operacionais críticos (diretamente ligados à gestão imediata dos ativos financeiros, incluindo a liquidação de operações pendentes) da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., do Fundo de Pensões de Benefício Definido e do Fundo de Pensões de Contribuição Definida, em situações em que o acesso aos sistemas de informação de suporte à atividade esteja comprometido por tempo indeterminado.

2. CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

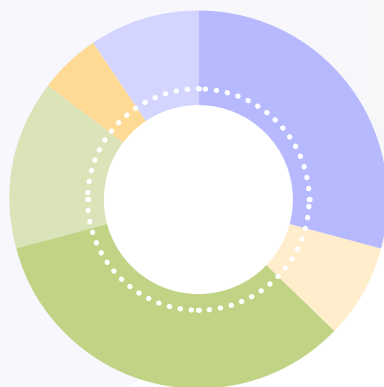
Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos própria, cujo valor era de 2,6 milhões de euros em dezembro de 2013.

Durante o ano de 2013 a carteira da Sociedade Gestora foi constituída, na sua totalidade, por dívida soberana de curto prazo da Área do Euro.

Ao longo do ano, a carteira apresentou uma repartição geográfica que traduz o objetivo de preservar um elevado grau de diversificação por país e de limitar os riscos de crédito e de mercado.

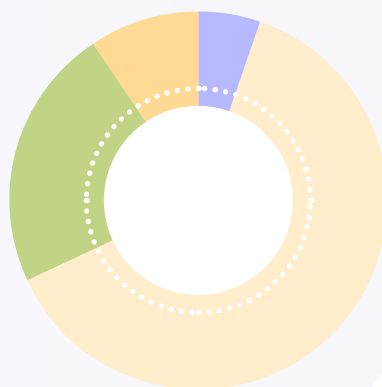
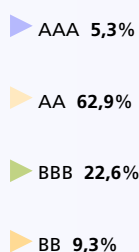
Estrutura da carteira por país a 31-12-2013

▶ Bélgica	29,4%
▶ Espanha	8,1%
▶ França	33,5%
▶ Itália	14,5%
▶ Holanda	5,3%
▶ Portugal	9,3%



A composição da carteira por *rating* revela a sua elevada qualidade creditícia, patente na preponderância da exposição a emitentes com notações de AA ou superiores.

Composição da carteira por *rating* a 31-12-2013



3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços, no valor de 2.838.000 euros, registaram uma redução de 2.000 euros (-0,07%) face a 2012, em resultado da diminuição da comissão de gestão paga pelo Associado.

Manteve-se o esforço de redução e contenção dos gastos com o pessoal, os quais, face a 2013, diminuíram em cerca de 83.637 euros (-6,1%), tendo ascendido a 1.288.488 euros, o que representa cerca de 50,3% dos encargos totais suportados pela Sociedade Gestora.

Os encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) reduziram-se em 2,4%, face ao ano anterior, para 1.073.246 euros, evolução que reflete a gestão cuidada de aquisições e de renovação de contratos.

A gestão criteriosa de investimentos em imobilizado contribuiu para uma diminuição do valor das amortizações, face ao exercício de 2012, em 8,1%, tendo as mesmas atingido 113.844 euros.

Conforme prática seguida nos últimos anos, o decréscimo de encargos tem sido

refletido na diminuição da comissão de gestão da Sociedade Gestora, permitindo transferir para o Banco de Portugal parte dos ganhos de eficiência obtidos.

A evolução da remuneração de gestão foi a seguinte:

Período	Valor recebido	Taxa de variação anual
2011	3.222.780,00€	-9,8%
2012	2.839.999,92€	-11,9 %
2013	2.838.000,00€	-0,1 %

Os resultados líquidos e os capitais próprios situaram-se em 208.750,39 euros e 2.982.584,03 euros, respetivamente, pelo que a margem de solvência da Sociedade Gestora, no final de período, apresentava um nível de cobertura de 145,72%.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido de impostos da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi 208.750,39 euros, no período de 2013, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 10.437,52 euros

Reservas livres: 198.312,87 euros

5. NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do período de 2013, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

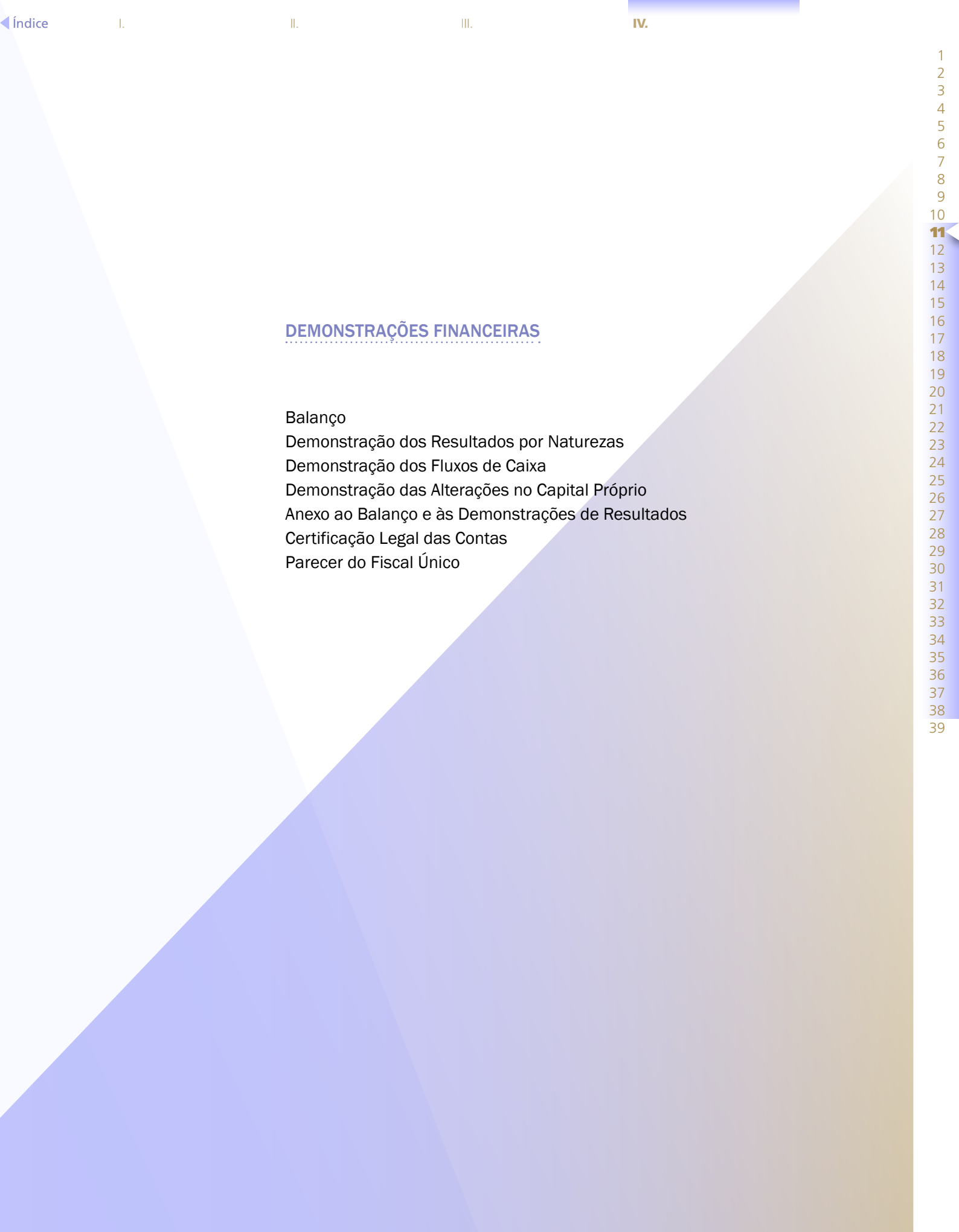
Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Administrador	João José Amaral Tomaz
Administrador Delegado	Joaquim Martinez da Silva



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Certificação Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2013

RUBRICAS	Notas	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	192.029,64	256.270,84
Ativos Intangíveis	7	25.680,56	51.495,65
		217.710,20	307.766,49
Ativo Corrente			
Outras contas a receber	11	83.362,44	8.857,92
Diferimentos	12	232.324,51	243.031,69
Ativos financeiros detidos para negociação	13	2.586.008,93	2.143.388,90
Caixa e depósitos bancários	4	93.619,88	197.350,05
		2.995.315,76	2.592.628,56
Total do Ativo		3.213.025,96	2.900.395,05
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		146.079,15	139.260,00
Outras reservas		1.627.754,49	1.498.190,70
Resultado líquido do período		208.750,39	136.382,94
Total do Capital Próprio	8	2.982.584,03	2.773.833,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	139.911,95	29.129,72
Estado e outros entes públicos	10	60.732,21	61.988,99
Outras Contas a Pagar	11	29.797,77	35.442,70
		230.441,93	126.561,41
Total do Passivo		230.441,93	126.561,41
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.213.025,96	2.900.395,05

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

Demonstração dos Resultados por Naturezas — Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Vendas e serviços prestados	14	2.838.000,00	2.839.999,92
Fornecimentos e serviços externos	15	-1.073.245,98	-1.099.590,82
Gastos com pessoal	16	-1.288.488,08	-1.372.124,61
Aumentos/Reduções de justo valor	17	4.686,77	6.645,55
Outros rendimentos e ganhos	18	8.650,62	89.729,62
Outros gastos e perdas	19	-91.520,99	-155.659,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		398.082,34	309.000,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	-113.844,43	-123.815,20
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		284.237,91	185.185,11
Juros e rendimentos similares obtidos	21	1,93	3,40
Resultado antes de impostos		284.239,84	185.188,51
Imposto sobre rendimento do período	9	-75.489,45	-48.805,57
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		208.750,39	136.382,94

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa — Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RUBRICAS	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Recebimentos de clientes	2.658.333,26	2.843.593,83
Pagamentos a fornecedores	-763.965,60	-968.665,03
Pagamentos ao pessoal	-1.161.072,22	-1.339.708,46
Caixa gerada pelas operações	733.295,44	535.220,34
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-116.153,93	-44.104,82
Outros recebimentos/pagamentos	-258.955,23	-262.893,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	358.186,28	228.221,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-18.172,75	-59.240,48
Ativos intangíveis	-12.021,84	-21.035,46
Investimentos financeiros	-3.918.726,49	-3.611.979,91
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	3.487.000,00	3.581.000,00
Juros e rendimentos similares	4,63	3,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-461.916,45	-111.252,45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-103.730,17	116.969,10
Caixa e seus equivalentes no início do período	197.350,05	80.380,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	93.619,88	197.350,05

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2012	1	1.000.000,00	133.470,58	1.388.191,65	0,00	115.788,47	2.637.450,70
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3					136.382,94	136.382,94
Resultado integral	4=2+3					136.382,94	136.382,94
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições		0,00	5.789,42	109.999,05	0,00	-115.788,47	0,00
Outras operações	5	0,00	5.789,42	109.999,05	0,00	-115.788,47	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1+2+3+5	1.000.000,00	139.260,00	1.498.190,70	0,00	136.382,94	2.773.833,64

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2013

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2013	6	1.000.000,00	139.260,00	1.498.190,70	0,00	136.382,94	2.773.833,64
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					208.750,39	208.750,39
Resultado integral	9=7+8					208.750,39	208.750,39
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições		0,00	6.819,15	129.563,79	0,00	-136.382,94	0,00
Outras operações	10	0,00	6.819,15	129.563,79	0,00	-136.382,94	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6+7+8+10	1.000.000,00	146.079,15	1.627.754,49	0,00	208.750,39	2.982.584,03

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

NOTA 1

INTRODUÇÃO

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., (“Sociedade Gestora” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede social na Avenida da República n° 57, 7º, em Lisboa, constituída em 3 de junho de 1988, tendo por principal atividade a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., é detida em 97,81% pelo Banco de Portugal com sede social na Rua do Comércio n° 148, em Lisboa, sendo o restante capital detido pelos participantes e beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de fundos de pensões, a Sociedade Gestora encontra-se sujeita à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade Gestora é responsável pela gestão dos seguintes fundos:

- ▶ Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido;
- ▶ Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida.

O Associado dos Fundos acima mencionados é o Banco de Portugal, com quem a Sociedade Gestora estabeleceu os respetivos contratos de gestão.

NOTA 2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade Gestora foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), suas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual, conforme

disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro, sendo os valores arredondados à centésima, e os dois exercícios apresentados são comparáveis nos critérios adotados e na sua forma de apresentação.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

NOTA 3

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

NOTA 3.1

BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros detidos para a negociação ao justo valor.

NOTA 3.2

OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

▶ Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas. As depreciações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida. As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Período de vida útil
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo: escritório, mobiliário e artigos de decoração e social	3 a 10
Outros ativos tangíveis	10

(em Anos)

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras.

▶ Ativos Intangíveis

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre infinitas ou finitas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis infinitas não são amortizados mas, quando aplicável, são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indicação de que possam estar em imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida econômica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A Sociedade Gestora não detém ativos intangíveis com vidas infinitas.

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, nomeadamente, programas e licenças, registadas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo todos os encargos necessários para colocar cada aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidades acumuladas.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada dos ativos, variando no caso das aplicações informáticas entre 3 e 6 anos.

▶ Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias, entre os montantes ativos e passivos, que resultam da divergência entre os critérios contabilístico e fiscal.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente,

utilizando as taxas de tributação que, de acordo com toda a informação disponível, se espera que estarão em vigor à data da reversão das referidas diferenças.

▶ Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

▶ Outras Contas a Receber

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao custo, deduzido de imparidades.

▶ Diferimentos Ativos e Passivos

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

▶ Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Estes ativos são adquiridos com o intuito de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como à análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

▶ **Caixa e Depósitos Bancários**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

▶ **Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo valor de custo.

▶ **Outras Contas a Pagar**

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

▶ **Reconhecimento de Rendimentos e Gastos**

O registo dos rendimentos e gastos é efetuado de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade Gestora os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

NOTA 3.3**PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, réditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2014.

NOTA 3.4**PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Não foram identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

NOTA 4**FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Caixa	750,00	750,00
Depositos à ordem	92.869,88	196.600,05
Depositos a prazo	0,00	0,00
Total	93.619,88	197.350,05

(em Euros)

NOTA 5

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2013, não foram alteradas políticas contabilísticas que afetassem as demonstrações financeiras da Sociedade Gestora nem efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

NOTA 6

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis, incluindo as respetivas depreciações acumuladas:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
VALOR BRUTO				
Equipamento Básico	268.528,96	0,00	0,00	268.528,96
Equipamento Administrativo	564.887,13	14.317,00	-3.300,88	575.903,25
Outros Ativos Tangíveis	81.761,76	0,00	0,00	81.761,76
	915.177,85	14.317,00	-3.300,88	926.193,97
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA E IMPARIDADE				
Equipamento Básico	114.145,05	29.217,64	0,00	143.362,69
Equipamento Administrativo	484.083,25	42.572,54	-3.300,88	523.354,91
Outros Ativos Tangíveis	60.678,71	6.768,02	0,00	67.446,73
	658.907,01	78.558,20	-3.300,88	734.164,33
Total	256.270,84	-64.241,20	0,00	192.029,64

(em Euros)

Os montantes identificados no quadro anterior como diminuições são relativos a abates efetuados no exercício.

NOTA 7

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2013, são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
VALOR BRUTO				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	785.540,72	9.471,14	0,00	795.011,86
	785.540,72	9.471,14	0,00	795.011,86
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA E IMPARIDADE				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	734.045,07	35.286,23	0,00	769.331,30
	734.045,07	35.286,23	0,00	769.331,30
Total	51.495,65	-25.815,09	0,00	25.680,56

(em Euros)

NOTA 8

CAPITAL PRÓPRIO

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

Titularidade	Ações Detidas	%
Banco de Portugal	195.619	97,81%

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

NOTA 9

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A taxa efetiva de imposto sobre rendimento de capitais (IRC) em 2013 e 2012 foi a seguinte:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Resultados antes de impostos	284.239,84	185.188,51
IRC	75.489,45	53.261,62
Impostos diferidos	-	-4.456,05
Resultado líquido	208.750,39	136.382,94
Taxa efectiva de imposto	26,56%	26,35%

(em Euros)

NOTA 10

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são os seguintes:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Estado e Outros Entes Públicos		
Estimativa de Imposto	75.489,45	53.261,62
Pagamentos por conta e Retenções na Fonte	-57.028,03	-28.098,88
IRC a pagar	18.461,42	25.162,74
Retenção de Impostos	6.931,65	512,24
Imposto sobre o Valor acrescentado	34.527,68	35.365,12
Outros Impostos	115,33	259,14
Contribuições para a Segurança Social	696,13	689,75
	60.732,21	61.988,99

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo “Atividades de Gestão de Fundos” – CAE 66300, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos.

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Os registos contabilísticos referidos são efetuados nas demonstrações financeiras do período de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos sobre o Rendimento”.

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2013, no montante total de 47.977,03 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante de 9.050,50 euros, relativas a rendimentos obtidos pela detenção de dívida emitida por entidades residentes.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, sendo que as declarações da Segurança Social podem ser revistas durante um período de 5 anos. Às declarações revistas e corrigidas aplicam-se as exceções previstas na Lei.

A Administração da Sociedade considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos períodos passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apenas são registados ativos por impostos diferidos se existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Na transição para o SNC foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição, bem como os impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do POC.

NOTA 11

OUTRAS CONTAS A RECEBER, A PAGAR E DE FORNECEDORES

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Ativo Corrente		
Banco de Portugal-Associado	82.731,54	1.276,57
Fundo de Garantia e de Resolução	106,68	0,00
Fundo de Pensões	0,00	7.057,13
Cauções Prestadas	524,22	524,22
	83.362,44	8.857,92
Passivo Corrente		
Fornecedores c/c	139.911,95	29.129,72
Fornecedores de Investimentos	3.425,35	9.921,70
Remunerações a liquidar	4.719,28	4.719,28
Serviços de Auditoria	13.776,00	13.776,00
FSE a liquidar	2.587,34	2.733,24
Instituto de Seguros de Portugal	5.289,80	4.292,48
	169.709,72	64.572,42

(em Euros)

O valor de 82.731,54 euros registado no ativo, corresponde ao montante da comissão de gestão, líquida dos encargos com o acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro, que apenas foi liquidada pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2014.

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

O incremento verificado na rubrica de Fornecedores c/c deve-se essencialmente à fatura da Wall Street Systems Sweeden AB, que representa 82% do montante em dívida no final do exercício, não liquidada, em 2013, por falta de certificado de residência fiscal.

NOTA 12

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os gastos a reconhecer estão a ser mensuralizados e discriminam-se como segue:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
ATIVO CORRENTE		
Gastos a Reconhecer		
Equipamento informatica e outros	9.593,62	16.371,84
Software e Custos de Manutenção	179.720,48	181.043,52
Assinaturas e Documentação Técnica	818,51	842,56
Seguros	4.010,09	3.153,71
Rendas e Alugueres	37.640,47	41.063,07
Outros	541,34	556,99
	232.324,51	243.031,69

(em Euros)

NOTA 13

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do período de 2013, era composta conforme o quadro seguinte:

		31 / Dez / 13				31 / Dez / 12	
	Moeda	Quantidade	Custo médio	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos para Negociação							
Bilhetes do Tesouro	EUR	2.590.000,00	2.581.322,16	4.686,77	0,00	2.586.008,93	2.143.388,90
Total	EUR	2.590.000,00	2.581.322,16	4.686,77	0,00	2.586.008,93	2.143.388,90

(em Euros)

NOTA 14

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

A comissão de gestão de 2013 foi fixada em 2.838.000 euros, valor que traduz uma redução de 2.000 euros face ao registado em 2012.

NOTA 15**FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS**

No final dos períodos de 2012 e 2013, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Fornecimentos e Serviços Externos		
Serviços Especializados	673.010,25	678.974,66
Materiais	4.581,82	4.567,35
Energia e Fluidos	33.363,02	33.458,05
Deslocações e Estadas e Transportes	10.660,12	18.788,79
Serviços Diversos	351.630,77	363.801,97
	1.073.245,98	1.099.590,82

(em Euros)

Os valores registados em Serviços Especializados representam essencialmente custos associados a contratos de licenciamento de *software* (408.454 euros), a contratos de manutenção de *software* (185.831 euros), contratos de assistência técnica de *software* e *hardware* (25.816 euros), bem como a serviços de consultoria, técnica, jurídica e informática (27.804 euros).

A rubrica de Serviços Diversos respeita sobretudo a valores suportados com rendas e alugueres, no valor de 246.247 euros.

NOTA 16

GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Remunerações do Pessoal	1.253.581,06	1.339.595,22
Encargos com Remunerações	6.680,60	8.443,06
Outros	28.226,42	24.086,33
	1.288.488,08	1.372.124,61

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde maioritariamente aos montantes reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, essencialmente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

NOTA 17

AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes da variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Aumentos/Reduções de Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	-250,29	-71,71
Ganhos por aumentos do justo valor	4.937,06	6.717,26
	4.686,77	6.645,55

(em Euros)

NOTA 18

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2012 e 2013:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em alienações	6.210,63	6.463,98
Correções de exercícios anteriores	2.124,62	10.725,40
Excesso de estimativa de impostos	207,62	0,00
Outros	107,75	72.540,24
	8.650,62	89.729,62

(em Euros)

NOTA 19

OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indirectos	68.699,18	68.201,54
Taxas	8.099,63	71.542,21
Gastos e perdas em alienações	0,00	86,00
Correções de exercícios anteriores	1.622,93	2.859,33
Quotizações	9.175,00	8.842,50
Insuficiência na estimativa de impostos	1.366,63	326,14
Multas e Penalidades	235,00	331,44
Taxas e outras despesas financeiras	2.322,62	3.470,19
	91.520,99	155.659,35

(em Euros)

NOTA 20**GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**

A rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e de amortização no exercício de 2013 registou os montantes relativos a gastos com as amortizações e depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis de, respetivamente, 78.558,20 euros e 35.286,23 euros.

NOTA 21**JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS; E JUROS E GASTOS SUPORTADOS**

No final dos períodos de 2012 e 2013, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Juros e Rendimentos Obtidos		
Juros obtidos em depósitos	4,63	3,56
	4,63	3,56
Juros e Gastos Similares		
Outros	-2,70	-0,16
	-2,70	-0,16
	1,93	3,40

(em Euros)

NOTA 22

PARTES RELACIONADAS

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com entidades relacionadas:

	31 / Dez / 13	31 / Dez / 12
Gastos com Pessoal		
Cedência de Pessoal	1.228.352,17	1.301.180,68
Serviços com Comissão de Gestão		
Remuneração de Gestão	2.838.000,00	2.839.999,92
Reembolso de encargos	0,00	25.792,38
Rendas suportadas		
Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido	246.016,35	241.268,65

(em Euros)

De acordo com informação prestada na nota 11, em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade Gestora tinha um ativo a receber do Banco de Portugal de 82.731,54 euros, corresponde ao montante da comissão de gestão, líquida dos encargos com o acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro. Este montante foi liquidado no início de janeiro de 2014. Na referida data, existia ainda uma fatura relativa à renda a pagar ao Fundo de Pensões de Benefício Definido, no valor de 19.939 euros.

NOTA 23

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2013.

O órgão de fiscalização da Sociedade, constituído por um Fiscal Único, é representado pela KPMG & Associados, SROC, S.A., que auferiu uma remuneração no valor de 11.200 euros, sendo 9.600 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 1.600 euros para remunerar a realização do relatório de auditoria ao sistema de controlo interno, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor, com referência ao período de 2013.

NOTA 24

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente, de mercado (cambial e de taxa de juro), de crédito, de liquidez e operacional:

- i) O risco cambial, dada a inexistência de ativos denominados em moeda estrangeira, decorre da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, não se justificando a negociação de contratos de cobertura;
- ii) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, e é gerido limitando as mesmas a instrumentos de curto prazo e com reduzida volatilidade;
- iii) O risco de crédito, atendendo à natureza da atividade desenvolvida, está mitigado através da existência de relações contratuais com o principal acionista; o risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- iv) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.
- v) A gestão dos riscos operacionais associados à atividade da Sociedade Gestora encontra-se balizada pelo Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno em vigor, que promove a identificação, quantificação e mitigação dos riscos associados aos processos de negócios desenvolvidos.

A mitigação dos riscos de natureza operacional envolve a elaboração e manutenção de manuais de procedimentos atualizados, a recolha e análise da evolução de *key risk indicators* associados aos principais riscos identificados e a realização regular de Comitês de Controlo.

Conforme determinado pelas Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, as contas dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, geridos pela Sociedade Gestora, encontram-se relevadas nas seguintes contas extra patrimoniais:

- 01 – Fundos de Pensões do Banco de Portugal
- 02 – Gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal

O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.354.161.402,38 euros, correspondendo 1.348.978.818,50 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido e 5.182.583,88 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 3.213.025,96 euros e um total de capital próprio de 2.982.584,03 euros, incluindo um resultado líquido de 208.750,39 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

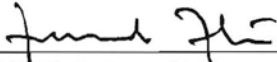
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 18 de Março de 2014


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Antunes (ROC n.º 1233)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



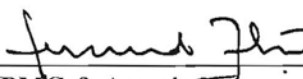
Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

18 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Antunes (ROC n.º 1233)

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
Avenida da República, nº 57 - 7º, Lisboa

Produção: Ligrate, Lda.
Junho de 2014